ARÊDES
ADVOCACIA

GUIA COMPLETO

COM TODAS AS ETAPAS DA APOSENTADORIA DO VIGILANTE

Apresentação

A profissão de vigilante é uma atividade de muito risco à integridade física e a vida por porque garante a segurança patrimonial, impedindo ou inibindo ação criminosa em defesa do patrimônio, por esse motivo a lei confere ao vigilante o direito à aposentadoria especial.

Este material tem a finalidade de orientar os vigilantes sobre o caminho que deve ser percorrido para conseguir a aposentadoria.

Para evitar surpresas desagarráveis ao encaminhar o pedido ao INSS veja todas as etapas para que você possa ter seus direitos de forma correta.

SUMÁRIO

Apresentação 1

1º Etapa : Separe a documentação necessária 4

Documento 1: PPP 4

Documento 2: Laudo de Condições Ambientais de Trabalho 5

2º Etapa: Entrar em contato com empresas que faliram 6

3º Etapa: Reunir provas de substituição 7

4º Etapa: Fazer o pedido ao INSS 7

5º Etapa: Esperar o parecer no INSS 8

1º Etapa : Separe a documentação necessária

O INSS precisa ter do trabalhador toda a informação necessária para dar entrada ao pedido de aposentadoria e para dar seguimento ao processo. Em diversos casos, o trabalhador fica sem se aposentar por falta da documentação necessária, por isso é muito importante se atentar ao que é obrigatório.

Documento 1: PPP

O Perfil Profissiográfico Previdenciário é um documento que possui extrema importância no processo de concessão de aposentadoria especial. A sua entrega é obrigatória e é através dele que o INSS faz a análise de risco da função exercida.

O PPP deve ser preenchido pela empresa com todas as informações do período em que o trabalhador exerceu suas funções. Também deve contar quais são os riscos que ele estava exposto durante sua atividade profissional.

É preciso ter atenção, pois, em diversos casos a empresa deixa de preencher esse documento da forma certa. Informações erradas ou incompletas podem atrasar o processo da aposentadoria.

A informação mais importante para constar no PPP é que o vigilante trabalha armado com revólver calibre 38 e desempenha a atividade

em caráter habitual, permanente, não ocasional e não intermitente.

É importante destacar que sem a posse da arma de fogo fica descaracterizada a condição especial perigosa da atividade.

Documento 2: Laudo de Condições Ambientais de Trabalho

Conhecido como LTCAT, esse laudo detalha todas as condições em que o vigilante era exporto durante o seu tempo de trabalho. As informações deste documento devem ser completas, já que, muitas vezes ele serve de base para o PPP.

Para fazer o estudo correto do caso, o INSS costuma cobrar esse documento que deve contar todas as informações necessárias para que o vigilante consiga seu benefício.

Outros documentos que ajudam a provar o exercício da função

- Comprovante de curso de reciclagem
- Registro de porte de arma
- Ordem de serviço assinada
- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA)
- Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO)
- Carteira de Trabalho com registro da função vigilante

2º Etapa: Entrar em contato com empresas que faliram

Muitos vigilantes exerceram suas atividades em empresas que não existem mais ou já faliram. Isso pode implicar em muitos problemas, principalmente no que se refere a documentação necessária.

Para resolver esse problema, uma solução é tentar encontrar o responsável pela empresa falida. Ao conseguir contato você pode pedir os documentos que ainda existam e que possam ser importantes na hora do pedido de aposentadoria.

Se infelizmente não for possível contar com essa documentação, tente reunir outras provas como holerites, e-mails ou qualquer outra coisa que comprove sua ligação com a empresa.

3º Etapa:
Reunir provas de substituição

Em muitos casos o vigilante procura todos os documentos necessários, mas, não consegue encontrar. Para tentar resolver isso é possível utilizar outros documentos que também possam provar que o trabalhador, realmente, exerceu a função de vigilante.

Existem alguns documentos que podem servir como prova, por exemplo, laudos realizados na empresa, laudos sindicais, perícia indireta, laudo pericial de processo trabalhista e outro documento que comprovem a função de vigilante.

4º Etapa:
Fazer o pedido ao INSS

Depois de reunir o maior número de documentos que comprovem que você exerceu a função de vigilante, é preciso agendar um requerimento no INSS. O Agendamento deve ser feito para pedido de aposentadoria especial.

É possível fazer a marcação pelo telefone 135 ou no próprio site do INSS. No prazo estabelecido o vigilante precisa comparecer com os documentos pessoais e todos os outros citados aqui.

5º Etapa:
Esperar o parecer no INSS

Depois de comparecer ao INSS e entregar toda a documentação necessária, basta aguardar uma resposta do órgão. Caso falte alguma documentação é emitida uma carta de exigência, assim você pode entregar o que falta ou algo que prove a informação. É importante cumprir a requisição dentro do prazo estipulado pelo INSS.

ARÊDES

ADVOCACIA

Arêdes Advocacia

Agora você conhece todos os passos da aposentadoria do vigilante. Caso precise de ajuda para se aposentar entre com contato conosco que vamos analisar a sua situação.

ENTRE EM CONTATO:

Telefones:
(31) 3224-2168
(31) 3047-2168
(31) 99151-6851

aredesadvocacia@gmail.com

CONTE AQUI O SEU CASO!